



CARLOS NELSON COUTINHO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

Carlos Nelson Coutinho and the Capitalism Development Process in Brazil

Rafael da Rocha **MASSUIA**
Departamento de História,
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Itati, Paraná - Brasil
massuia@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3760-257X> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

O presente texto propõe a discussão da concepção formulada por Carlos Nelson Coutinho para compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para tal intento, o pensador baiano recorre a dois conceitos, que conjuga em uma proposta interpretativa singular: da noção “via prussiana”, como formulada por Lenin (e retomada por G. Lukács), ao conceito de “revolução passiva”, como proposto por A. Gramsci. A partir desse aporte teórico, Coutinho investiga o caráter “conservador” do desenvolvimento do capitalismo no país, referendado pela aliança entre os principais setores das classes dominantes (do “velho” ao “novo”), que tem por consequência uma ampla ruptura entre nação e povo. Nesse sentido, realizaremos algumas considerações sobre a atualidade da proposta interpretativa coutiniana para a compreensão do Brasil contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Carlos Nelson Coutinho. Pensamento social brasileiro. Marxismo. Teoria social. Teoria Política.

ABSTRACT

The present text proposes a discussion of the conception drafted by Carlos Nelson Coutinho on the process of capitalism development in Brazil. For this purpose, the Bahian thinker makes use of two concepts, which he combines in a singular interpretive proposal: from the notion "Prussian way", as formulated by Lenin (and taken up by G. Lukács), to the concept of "passive revolution" as proposed by A. Gramsci. From that theoretical contribution, Coutinho investigates the "conservative" character of the development of capitalism in the country, endorsed by the alliance between the main sectors of the dominant classes (from the "old" to the "new"), which results in a wide rupture between nation and people. In this sense, we will make some considerations about the actuality of the Coutinian interpretative proposal for the understanding of contemporary Brazil.

KEYWORDS: Carlos Nelson Coutinho. Brazilian social thought. Marxism. Social theory. Political theory.

1 INTRODUÇÃO

Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), pensador baiano, filósofo de formação, ao longo de sua trajetória buscou compreender o Brasil a partir de uma perspectiva marxista. Na tarefa de buscar a compreensão da forma específica em que se deu o processo de desenvolvimento capitalista do país, de surgimento do Brasil “moderno”, em contraponto ao modelo clássico, em que o referido processo dá-se de forma popular ou jacobina (de “baixo”), o pensador baiano recorreu a dois conceitos, propondo uma síntese entre ambos: da noção “via prussiana”, formulada originalmente por Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lenin, (e posteriormente pelo filósofo húngaro György Lukács) e ao conceito de “revolução passiva”, proposto pelo pensador e revolucionário italiano Antonio Gramsci.

Apesar de se tratarem todos autores inseridos no campo teórico e político do marxismo, seria um equívoco tomá-los como compondo um bloco homogêneo. De qualquer forma, não sendo este o local apropriado para desenvolver mais detidamente essa discussão, basta mencionar que todos os autores citados opõem-se, direta ou indiretamente, a determinadas interpretações oriundas da 3ª Internacional Comunista (MORAES, 2003). O entendimento de parte da intelectualidade marxista era o de que, todos os países, invariavelmente, atravessam determinados passos preestabelecidos em direção ao socialismo/comunismo (o que chega a ser visto, em alguns casos, até mesmo como mais ou menos inevitável). A originalidade e a riqueza das reflexões realizadas pelos autores mencionados no parágrafo anterior residem justamente o fato de terem se colocado na contramão dessa tendência, buscando compreender – seguindo de perto a riqueza contida nas formulações originais de Marx e Engels – a especificidade do desenvolvimento de cada unidade nacional.

A partir desse rico aporte teórico, portanto, Coutinho buscou investigar o caráter de “modernização conservadora”¹ (realizada “pelo alto”), referendado pela aliança entre os principais setores das classes dominantes (do velho ao novo), que tem por consequência a ruptura entre nação e povo; tal procedimento, recorrente na história do país, tem por característica o atendimento das demandas, sempre que alguma reivindicação popular se coloca na pauta do dia, para dessa forma evitar-se que o povo as efetive.

¹ A expressão “modernização conservadora”, também utilizada por Coutinho, foi proposta originalmente por Barrington Moore Junior (1975).

Não é preciso grande esforço intelectual para se constatar a validade dessa tese, bastando examinar com atenção os acontecimentos da última década, onde têm imperado mecanismos de reiteração dessa dinâmica, com contornos particularmente intensos nos últimos anos. Daremos particular atenção à forma como esse mecanismo de exclusão da ampla maioria da população das instâncias decisórias, bem como da produção de riqueza material e não-material traduz-se com bastante clareza no âmbito do processo educacional brasileiro.

Nesse sentido, realizamos algumas considerações sobre a hipótese interpretativa de Coutinho, centrando a discussão na forma específica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou, nosso processo de modernização peculiar), bem como as eventuais consequências deletérias imanentes e presentes nesse processo sócio histórico.

2 VIAS “CLÁSSICAS” E “NÃO-CLÁSSICAS” DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Os primeiros movimentos históricos mais amplos que, vistos de certa perspectiva, impactaram na transição do feudalismo para o capitalismo, ocorreram em países que, como a Inglaterra e a França, foram pioneiros nos seus processos internos de revolução burguesa; ou seja, o processo em que a burguesia ascende ao poder e coloca-se como classe dominante efetiva da sociedade.

As características desse processo variam bastante, mesmo no caso desses países. Mas, de qualquer forma, convencionou-se compreender os movimentos históricos desses países como representativos de um processo “normal” ou “clássico” de estabelecimento da sociedade burguesa. Nos casos da Inglaterra e da França, a forma como se buscou resolver a questão agrária é determinante, na medida em que viabiliza o processo de acumulação primitiva (LENIN, 1980). Esse caminho de desenvolvimento, no entanto, não se mostraria como sendo a única possibilidade histórica concreta.

Em alguns outros países, dos quais a Alemanha é um caso emblemático, a transição para o capitalismo dá-se de forma bastante distinta (LENIN, 1980). Designa-se esses casos como sendo vias “não-clássicas” de desenvolvimento ao capitalismo. Em vez de um processo histórico mais ou menos traumático (mais no caso francês e menos no inglês, para ficarmos com os exemplos já mencionados), o que ocorre são processos em



que a modernização capitalista se dá com a conservação das classes dominantes ocupando as posições de privilégio na sociedade, pois inviabilizado o processo de aliança entre a burguesia e as classes subalternas – estratégia esta entendida, pelo caráter conservador que a própria burguesia adquire, como perigosa. Ou seja, nesses casos, não há derrubada de uma classe social que é representante do velho regime e sua substituição por uma nova classe, portadora de ideais revolucionários e libertários – como ocorre na França, em que a burguesia prometia a realização dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

3 “VIA PRUSSIONA” E “REVOLUÇÃO PASSIVA”

Marx e Engels², seguindo a tradição inaugurada por Hegel, de perceber de forma bastante crítica os problemas do caráter “retardatário” da Alemanha em relação aos países vizinhos seus, denominaram “miséria alemã” as implicações mais amplas desse processo. O pensador e revolucionário russo Lenin alcunharia a expressão “via prussiana” para designar esse mesmo processo histórico. Nas palavras do pensador russo:

Mas as formas desse desenvolvimento [burguês] podem ser duas. Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. [...] A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano (LENIN, 1980, p. 29-30).

Uma das formas de se pensar a particularidade da transição do feudalismo é o capitalismo é lançar um olhar mais atento à forma como o problema da terra, a questão agrária, é tratado. A razão disso é o fato de que, durante o período feudal, ocorre grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, que mantêm relação de dependência-dominação com camponeses que são, de fato, aqueles que trabalham a terra e extraem dela os bens necessários à produção e reprodução da sociedade como um todo.

Lenin analisa com cuidado o caso alemão, buscando com isso lançar luzes sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Porém, as indicações de Lenin,

² As referências ao atraso alemão estão espalhadas ao longo de vários textos. Porém, a “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução” (MARX, 2010), o Manifesto Comunista (MARX; ENGELS, 1998) e a Crítica do Programa de Gotha (2012) são fontes essenciais para o resgate dessa discussão.

cremos, extrapolam esse espaço geográfico na medida em que lança as bases para uma reflexão mais ampla sobre as consequências e possíveis desdobramentos do desenvolvimento “retardatário” do capitalismo nos contextos nacionais. Sobre as condições de resolução da questão agrária, diz-nos Lenin (1980, p. 63): “O próprio capitalismo cria para si as formas correspondentes de relações agrárias, partindo das velhas formas de posse de terra [...]” Na Inglaterra, onde se deu o processo em sua forma clássica, a transformação foi revolucionária e violenta, essa violência só foi, ainda segundo Lenin, “[...] empregada em benefício dos latifundiários, sendo exercida sobre as massas camponesas, que foram esgotadas com os tributos, expulsas das aldeias, desalojadas, que se foram extinguindo ou emigraram.”

No caso alemão, onde não se observou um desenrolar de tal natureza, a postergação da resolução da questão agrária determinou o processo de industrialização tardio, o que contribuiu para a manutenção tardia do grande latifúndio que, por sua vez, agia no sentido de retardar o referido processo, criando um circuito fechado de retroalimentação, em que a aliança entre o tradicional e o moderno constitui-se como marca característica. Na Alemanha, “[...] a transformação das formas medievais de propriedade agrária se processou, por assim dizer, seguindo a via reformista, adaptando-se [...] à tradição, às propriedades feudais, que foram se transformando lentamente em fazenda de Junkers.” (LENIN, 1980, p. 63).

Para além de Lenin, que estabelece as bases para reflexões futuras sobre as particularidades do desenvolvimento do capitalismo em diferentes contextos nacionais, Lukács fornece contribuição adicional para o enriquecimento desse debate. Nas palavras do pensador húngaro: “Em termos gerais, o destino, a tragédia do povo alemão reside no fato de chegou-se demasiadamente tarde ao processo de desenvolvimento da burguesia moderna.” (LUKÁCS, 1980, p. 37).

Analisando o caminho alemão (e também o húngaro) para o capitalismo, Lukács estende seu escopo para além das questões sócio-materiais mais imediatas, tentando compreender também os impactos ideológicos mais amplos desse processo (com isso não queremos insinuar que Lenin não tenha pensado nessa dimensão, mas somente que ela não comparece explicitamente em suas análises, mas o fato é que o pensador húngaro amplia um ponto pouco explorado pelo revolucionário russo).

O processo histórico que Lukács procura reconstruir é aquele em que a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico e não dispo de meios – ou da disposição – para fazê-lo de forma revolucionária, a saída encontrada pela

burguesia alemã foi a realização desse processo por meio de um acordo tácito com a monarquia prussiana. Decorre daí o comprometimento com as forças “progressistas” em relação àquelas vinculadas ao atraso. A casta intelectual precisa encontrar meios adequados de permanecer apartada dos problemas centrais do povo, alojando-se confortavelmente, em uma relação de promiscuidade velada, “à sombra do poder”.

Essa ideia, colhida por Lukács do grande escritor alemão Thomas Mann – e usada originalmente para designar a intelectualidade germânica – fornece uma chave interpretativa sugestiva para a compreensão da relação ambígua que se impõe à parte significativa intelectualidade em casos de desenvolvimento à prussiana. E ajuda-nos a compreender os motivos por trás da “resignação” do pensamento diante da realidade e a ausência de perspectivas para além daquilo imediatamente dado. Trata-se da ideia, que Coutinho desenvolverá em seu pensamento, de “intimismo à sombra do poder”³.

A categoria utilizada por Gramsci para dar conta da compreensão do processo, análogo ao vivenciado no caso italiano no Risorgimento, da ação reformista “pelo alto”, visando aplicações pontuais de medidas na direção do capitalismo, impedindo que ocorram processos e movimentos tipicamente populares, ou “jacobinos”, como ocorrido na França (cujo processo revolucionário serve de modelo máximo para tal designação). Assim se configurou a aliança entre os setores moderados, justamente com o objetivo central de evitar que se estabelecesse um processo popular; nas palavras de Gramsci (2002, p. 63): “[...] a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’”.

A lógica é de fazer-se as reformas necessárias antes que elas se tornem uma demanda efetiva das camadas populares, visando com isso o desfavorecimento de qualquer possibilidade de organização popular, que consigo traria uma participação mais ativa e vigilante; como resultado, o que ocorre é uma evidente ruptura entre povo e nação, e a falsa impressão de um fatalismo imobilista entre os dois polos. Vejamos como essa discussão é transposta, por Coutinho, para a situação brasileira.

³ Que também pode ser traduzida por algo como “interioridade protegida pelo Estado” (machtgeschützte Innerlichkeit).

4 O CASO BRASILEIRO

Alguns pensadores brasileiros, sobretudo aqueles vinculados à tradição marxista, o principal deles sendo Nelson Werneck Sodré (2002), defendiam previamente a existência e persistência de relações feudais no Brasil; dessa forma, as características fundamentais do Brasil contemporâneo derivariam da convivência entre uma dimensão efetivamente moderna e capitalista de nossa economia e sociedade com resquícios ainda não superados da formação anterior, ou seja, da formação feudal, que teria predominado durante o período colonial de nosso passado.

Essa tese possui, para além de suas implicações teóricas mais evidentes e imediatas, amplas ramificações e implicações políticas – que podem, não raro, extrapolar a intencionalidade original de seu autor e propositor, por isso é necessário que tenhamos cuidado e rigor ao nos referirmos a elas. A principal dessas consequências é a noção de que a classe trabalhadora deveria atuar como aliada da burguesia no âmbito da realização da revolução burguesa – seguindo um certo “etapismo” –, para, somente após esse momento, estabelecer-se os parâmetros da luta para o socialismo. Essa interpretação “etapista” desconsidera a especificidade histórica de cada país e o próprio processo de formação das classes sociais (ANTUNES, 1994).

Carlos Nelson Coutinho, em uma proposta teórica distinta, por se colocar contra a interpretação realizada por algumas vertentes vinculadas às fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB)    poca⁴, apoia-se na teorização leniniana, via Lukács (ou seja, já em sua acepção mais ampla) para explicar a forma específica de modernização capitalista experimentada no Brasil (SANTOS, 2003), conjugando, posteriormente, a categoria de “via prussiana” com a categoria gramsciana de “revolução passiva”⁵.

⁴ é importante observar que, a princípio, Coutinho aproximava-se da interpretação de Sodré (como principal teórico do PCB   época) sobre o Brasil. Isso é fácil de se constatar na medida em que Coutinho, na primeira edição de seu texto dedicado a Graciliano Ramos, conserva a utilização do termo “semi-feudal” (COUTINHO, 1967, p. 141) para se referir ao processo de formação do país. Nas edições posteriores esse termo é substituído por “pré-capitalista” (COUTINHO, 2011, p. 143), o que indica a mudança de orientação do autor, bem como seu afastamento da formulação de Sodré.

⁵ José Paulo Netto (2012, p. 81), em recente texto dedicado à análise do pensamento de Coutinho, divide a obra do pensador baiano em três níveis: o primeiro consiste numa abordagem publicística de determinado pensador, um segundo em que se dedica   crítica filosófica e literária e um terceiro, donde se destaca uma reflexão original sobre o Brasil. Essa concepção, que ganharia formulação mais profunda ao longo de sua atividade intelectual, culminaria, portanto, em “[...] sua interpretação do Brasil – que, a meu juízo, constitui mesmo uma **teoria do Brasil contemporâneo**.”

Também Leandro Konder, interlocutor e companheiro intelectual de Coutinho, reforça a fecundidade da utilização do conceito de via prussiana para a compreensão da particularidade brasileira. Nas palavras do autor:

Na evolução da sociedade brasileira, as transformações não resultaram de revoluções, não foram a consequência direta de movimentos populares. [...] As mudanças eram realizadas mediante acordo entre os grupos economicamente dominantes. Ao Estado cumpria ensejar tais acordos e manter as massas afastadas da vida política (para isso, eram constantemente fortalecidos os aparelhos burocráticos de dominação direta). [...] Quando era necessário, produzia-se entre nós uma “modernização conservadora”. Esse caminho foi chamado por Lenin de “caminho prussiano” (ou “via prussiana”, como se prefere dizer agora); a partir do exame da evolução da economia agrária alemã, Lenin descobriu a universalidade dessa “via”, sua função como meio de evitar a revolução. Lukács analisou os efeitos da “via prussiana” sobre a supra-estrutura política e cultural da Alemanha e da Hungria. Nestes últimos anos, diversos pesquisadores vêm observando as formas assumidas pela “via prussiana” no Brasil (KONDER, 1980, p. 18-19).

Essas diferentes designações, para Coutinho, giram em torno da reafirmação do caráter reformista “pelo alto” desses movimentos, em oposição a um processo de participação popular intensa e ativa, como ocorrido na França (cuja Revolução serve de modelo de participação popular, apesar de seus descaminhos posteriores). É essa concepção mais geral que o autor busca captar, visando avançar na compreensão da especificidade da realidade social local. Nos termos de Coutinho:

O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de “via prussiana” e Gramsci designou como “revolução passiva”. Em vez das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa”, a alteração social se fez aqui mediante conciliações entre o velho e o novo; ou seja, se consideramos o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto”, que excluiu inteiramente a participação popular. Como consequência desse “modelo” de evolução, difunde-se a impressão de que a mudança social assemelha-se a um “destino fatal”, inteiramente independente da ação humana; e, como contrapartida desse fatalismo, ganha força em outras áreas a suposição – igualmente equivocada de que aquela mudança resulta tão somente da ação singular de “indivíduos excepcionais”. No quadro desse profundo divórcio entre povo e nação, torna-se assim particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular (COUTINHO, 2011, p. 91).

As camadas intelectuais não passaram imunes a essas características gerais do desenvolvimento da sociedade brasileira; desconectada do povo, grande parte dos intelectuais não viam alternativa a não ser aquela de se unirem aos membros das classes

dirigentes. O resultado não podia ser mais catastrófico: convertidos agora em meros apologetas, os intelectuais eram forçados a conviver diariamente com uma intensa miséria, tanto material quanto espiritual, que acometia amplos setores da sociedade brasileira, sem nada poderem fazer ou dizer em seu favor. Sobre a questão, aponta Coutinho:

Esse fato, decerto, tem profundas repercussões negativas também na formação e no caráter da intelectualidade brasileira. Desenvolveu-se entre ela, praticamente desde os inícios do Brasil independente, uma forte tendência a situar-se naquilo que Thomas Mann, referindo-se aos intelectuais alemães, chamou de “intimismo à sombra do poder” (COUTINHO, 2011, p. 91).

A única alternativa viável para essa intelectualidade passou a ser a adoção das referidas alternativas “intimistas”. Aquelas correntes artísticas que não abordavam questões incômodas, que propunham uma escamoteação da realidade, uma fuga idílica e o culto da arte pela arte, seduziram prontamente esses indivíduos, que logo passaram a perceber a ocupação da condição de intelectual como um caminho privilegiado para a ascensão social.

Descrentes da possibilidade de influir decisivamente sobre as mudanças sociais, que se processam sempre mediante acordos de cúpula entre as classes dominantes, os intelectuais tendem a evadir-se da realidade concreta, a colocar-se num terreno aparentemente autônomo, mas cuja autonomia é respeitada precisamente na medida em que não se põem em jogo as questões decisivas da vida social, as concretas relações sociais de poder. Essa situação é agravada pelos traços característicos da formação social de nossa intelectualidade: num período em que predominava uma radical separação entre as classes e em que o trabalho permanecia sob o estigma da condição servil, os intelectuais – oriundos quase sempre da classe média – utilizavam a cultura como meio de diferenciação, de prestígio e elevação social, acentuando assim o seu isolamento com relação à concreta realidade nacional-popular. [...] Do romantismo ao concretismo, sob formas aparentemente variadas, essa tendência caracterizou uma corrente significativa e quase sempre dominante da intelectualidade brasileira (COUTINHO, 2011, p. 91-92)⁶.

Diferentemente do que ocorreu na Europa, o desenvolvimento do capitalismo em solo brasileiro vivenciou uma inesperada e contraditória conciliação entre capitalismo e pré-capitalismo, o que se refletia também na predominância de certas relações sociais de

⁶ Ainda sobre os efeitos do “intimismo” na intelectualidade brasileira, e suas consequências nos planos das correntes artísticas, diz Coutinho: “O que determina os limites do ‘intimismo’, em última instância, é o fato de que ele capitula diante dos preconceitos ideológicos gerados espontaneamente pela ‘via prussiana’, ou seja, ao subjetivismo extremado que vê nos indivíduos excepcionais as únicas forças da história, por um lado, e, por outro lado, ao fatalismo pseudo-objetivo que amesquinha ou dissolve o papel da ação humana na criação histórica. Facilmente se perceberá que esses dois preconceitos, no plano estético, dão origem respectivamente ao romantismo e ao naturalismo” (COUTINHO, 2011, p. 92).

caráter arcaico numa sociedade já relativamente desenvolvida. No plano prático, o que se via era uma acentuação entre as dimensões progressistas e retrógradas, uma ordem burguesa abortada desde o início, sem mesmo um vivenciamento do período heroico (como ocorrera no caso dos países europeus). A aliança entre burguesia e aristocracia rural selaria de vez o casamento entre o velho e o novo em nossa sociedade.

No Brasil, bem como na quase generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ideal do “cidadão” e da comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada (COUTINHO, 2011, p. 144).

O romantismo indigenista, segundo Coutinho, por exemplo, é uma das expressões mais claras dessa cultura “intimista”. Na tentativa de figurar uma realidade harmônica e, em alguns casos, idílica, a figura do índio (José de Alencar é o exemplo clássico) foi o meio privilegiado encontrado por tais autores para alcançarem essa finalidade. Note-se que não se trata de uma atitude deliberadamente conservadora, pois, salvo possíveis exceções, os artistas nem sempre tinham consciência de que sua obra acabava por adquirir objetivamente contornos de tal natureza; essa é a essência da ideologia, um conjunto de ideias que servem objetivamente para uma finalidade sócio-material, sem que a vinculação entre pensador e obra se dê de forma imediata, mas antes mediada pela ilusão da justeza de sua *praxis*. Sobre a questão mais ampla do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, resume-nos Coutinho:

Valendo-se de uma terminologia diferenciada – ‘via prussiana’, ‘revolução passiva’, ‘contrarrevolução permanente’, ‘modernização conservadora’ –, parte significativa do pensamento social brasileiro converge na fixação dos traços decisivos desse processo de modernização: as reformas necessárias à consolidação do capitalismo foram sempre feitas pelo alto, através da conciliação entre diferentes setores das classes dominantes, com a permanente tentativa de excluir o povo de qualquer participação decisiva nas decisões que envolvam as grandes questões nacionais (COUTINHO, 2011, p. 195).

É esse, portanto, o sentido da “modernização conservadora”, tal como sistematizada por Coutinho: realizar as reformas e modificações necessárias ao movimento de acumulação de capital, mantendo as massas populares excluídas desse processo. E, nesse sentido, impossibilitadas de atuarem como sujeito nesses desdobramentos mais amplos, relegadas a uma contemplação passiva desses resultados



(sabemos, porém, que muitas vezes há uma ruptura com esse processo, com articulação de protestos e movimentações políticas de variados tipos).

5 EDUCAÇÃO E “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”

Outro exemplo significativo do processo histórico mais amplo de desenvolvimento do capitalismo no país e de seus desdobramentos, para além dimensão ideológica propriamente dita, é nosso sistema educacional. Na teoria, privilegiado promotor de inclusão social, o que se observa historicamente é que, na verdade, ele opera um excelente mecanismo de reprodução das desigualdades.

Em um país com passado colonial e escravista como é o Brasil, a situação se torna mais grave. Olhando para o passado, da Reforma Campos (2018a) de 1932 à Reforma Capanema (2018b) de 1942, nota-se sem grande dificuldade o caráter dualista pretendido com a organização então adotada, com evidente consequência em uma elitização do acesso aos saberes.

No período mais recente, não sem muitas dificuldades, avança-se minimamente no âmbito da constituição de uma proposta de um ensino pautado em um sistema educacional nacional (SAVIANI, 2010). Porém, as dificuldades de ordem prática são muitas, pois não há aporte orçamentário à educação que seja condizente à possibilidade de realização da proposta.

Com o país mergulhado em uma crise econômica, em função, sobretudo, da queda do preço das *commodities* (MANZI, 2016), as consequências mais brutais da crise se desenrolam diante de nossos olhos e, como é de praxe nesses casos, à parte mais pobre e numérica da população que a conta é passada, na forma de demissões em massa, congelamentos salariais, revogação de direitos sociais, etc.

A Reforma do Ensino Médio, ou “Novo Ensino Médio”, enfim, a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2018c), vem com o objetivo de resgatar os pressupostos da Reforma Capanema, propondo a retomada de uma concepção dualista de ensino: um voltado para os filhos da classe dominante e alguns setores da classe média, os eventuais **dirigentes** e outra voltada para os filhos da classe trabalhadora, os futuros **subordinados** (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

Conforme dito anteriormente, as consequências desse processo são particularmente perversas, na medida em que estamos falando de um país com amplas

desigualdades sociais, postas e repostas ao longo de sua história. O sistema educacional brasileiro, enfim, só faz reforçar a dimensão funesta dos desdobramentos do processo de “modernização conservadora” do capitalismo brasileiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases teóricas de Coutinho, além dos pensadores marxistas centrais, como – além de Marx e Engels – Lenin, Gramsci e Lukács, são aqueles teóricos que, valendo-se do referencial marxista, se propuseram a pensar a realidade brasileira, segundo sua avaliação, de uma perspectiva de um desenvolvimento “não-clássico”; são os casos de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Octavio Ianni, entre outros⁷. Ainda que nem sempre concordando totalmente com suas concepções, Coutinho (2011, p. 11) valeu-se de suas indicações para a formulação de sua própria compreensão do Brasil.

Entendendo que a evolução da condição colonial à de nação independente deve ser procurada na conjunção de fatores pré-capitalistas com outros capitalistas, Coutinho vai buscar no escravismo uma das raízes mais profundas, com ampla determinação posterior, do caráter “prussiano” da sociedade local. Para Coutinho, portanto, a evolução de tipo “prussiano” da sociedade brasileira é a grande chave interpretativa para os mais variados momentos de nosso desenvolvimento (guardadas, naturalmente, as peculiaridades de cada caso).

Diferentemente, portanto, do que ocorrera nos países que vivenciaram a ascensão clássica ao capitalismo, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil experimentou uma inesperada e contraditória conciliação com as relações sociais pré-capitalistas, o que se refletia também na predominância de certos elementos de caráter arcaico numa sociedade já relativamente desenvolvida. No plano prático, o que se via era uma acentuação e distanciamento do *citoyen* do *bourgeois*, uma ordem burguesa abortada desde o seu início, sem mesmo um vivenciamento do período heroico (como ocorrera no caso dos países europeus). A aliança entre burguesia e aristocracia rural selariam de vez o casamento entre o velho e o novo em nossa sociedade, gerando um clima generalizado de “intimismo à sombra do poder”, entre intelectuais e classes dominantes (e dirigentes). Em oposição a esse “imobilismo estrutural” de nossa sociedade, Coutinho (2011) propõe

⁷ Para além destes teóricos, é importante mencionar que Coutinho dá grande relevância à captação dos desdobramentos da “via prussiana” nas artes. Graciliano Ramos, Lima Barreto e Jorge Amado estão entre os autores que Coutinho (2011) vincula à tradição de crítica social e denúncia das deletérias consequências desse processo histórico.

uma luta articulada pela democratização como elemento indispensável para a superação desse dilema:

Dado que na raiz do “intimismo” está a separação entre intelectuais e a realidade nacional-popular, uma separação posta e repostada pela “via prussiana”, o antídoto contra tal veneno não pode ser produzido simplesmente no laboratório imanente da própria cultura: a superação do “intimismo”, tanto no nível pessoal quanto social, passa pela orgânica integração dos intelectuais com a luta das classes subalternas que se afirmarem como sujeitos efetivos da nossa evolução social e política. Uma luta que tem por meta a destruição do elitismo implícito na “via prussiana”, com a conseqüente abertura de um processo de renovação democrática que envolva todas as esferas do ser social brasileiro (COUTINHO, 2011, p. 52).

O sistema educacional brasileiro, tangenciado brevemente neste trabalho, fornece vivo testemunho no sentido de trazer à tona as conseqüências mais deletérias do desenvolvimento capitalista por meio de um processo de “modernização conservadora”. Nesse processo parte significativa da população vê-se excluída da quase totalidade da produção de riqueza material e não-material no país. Não atuando de fato como mecanismo de inclusão social, a educação reforça as desigualdades estruturais e, mais recentemente, a proposta de “Reforma” do Ensino Médio por parte do governo Temer só vem para reforçar essa tendência mais ampla, posta e repostada ao longo de nosso processo histórico.

A teoria sobre o Brasil, ou a “imagem sobre o Brasil” formulada por Coutinho significou, inegavelmente, um evidente avanço no âmbito do campo do marxismo, até então (década de 1960) tomado por interpretações, muitas vezes rasas, advindas dos influxos propagandísticos da 3ª Internacional sob o bastião do Partido Comunista da União Soviética (MORAES, 2003). Porém, a formulação de Coutinho, por buscar embasar-se em autores distintos, mas com influência centralmente dada aos esforços teóricos de Lenin – a formulador da “via prussiana” – e Gramsci – teórico da “revolução passiva” –, corre o risco de perder em precisão histórica, por basear-se em autores que tomam em seus modelos teóricos realidades históricas distintas. Ciente desses riscos, Coutinho manteve sua interpretação e tornou-se um dos principais nomes do marxismo brasileiro. Este texto, longe de buscar diminuir a importância do autor nesse cenário, busca tão somente precisar a natureza de suas formulações, levantando potenciais questões que possam derivar desse movimento, enriquecendo-as com novos dados e subsídios teóricos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Coltro. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). **Cadernos AEL**, n. 2, p. 11-34, 1994.

BRASIL. **Decreto 21.241**, 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do Ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2021.241-1932%20reforma%20francisco%20campos.htm. Acesso em: 01 set. 2018a.

BRASIL. **Decreto-lei 4.244**, 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm. Acesso em: 01 set. 2018b.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 13.415/2017**, de 13 de fevereiro de 2017, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 01 set. 2018c.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideais e formas**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. **O programa agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. (Coleção História e Política)

LUKÁCS, György. **The destruction of reason**. London: Merlin Press, 1980.

MANZI, Rafael Henrique Dias. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira. **Conjuntura Internacional** (Belo Horizonte), v. 13, p. 38-45, 2016.

MARX, Karl. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1995.



MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de. REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil** - Volume 1: o impacto das revoluções. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 123-181.

MOTTA, Vânia Cardoso da. FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017), **Educ. Soc**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372. abr.-jun. 2017.

NETTO, José Paulo. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, M. (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, J. Q. REIS FILHO, D. A. **História do marxismo no Brasil** - Volume 1: o impacto das revoluções. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 225-258.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação, **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 380-412, maio/ago. 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA


Carlos Nelson Coutinho e o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Rafael da Rocha Massuia

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Departamento de História, Irati, Brasil

massuia@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3760-257X>

Endereço de correspondência do principal autor

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Irati, Departamento de História. Rodovia PR-153, Km 7, Riozinho. CEP: 84500000 - Irati, PR - Brasil - Caixa-postal: 21.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 20 de dezembro de 2017

Aprovado em: 04 de setembro de 2018

